

AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ESTADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Elisa Patrícia Paiva de Alcântara – UFPA

elisapatricia52@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo analisar as implicações da reforma do Estado na política educacional brasileira, bem como a crescente atuação do setor privado e os organismos internacionais na gestão e financiamento da educação através de programas que visam “solucionar” os problemas educacionais, segundo a lógica mercantil, causado pela má gestão pública.

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada no trabalho de conclusão de curso, intitulado “O Programa Mais Educação como política pública de Educação Integral” ao qual dediquei uma sessão para analisar o cenário das políticas educacionais no contexto da reforma do Estado ocasionado pela política neoliberal e a forte atuação do setor privado e os organismos internacionais na gestão e financiamento das políticas educacionais.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram análise bibliográfica dos principais autores que discutem sobre o tema, como: PERONI (2015), COMERLLATO (2013) e HOFLING (2011). O período de realização do estudo se deu entre julho de 2017 a Março de 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS?

Na década de 1980, com o fim da ditadura militar, a sociedade brasileira passou por um intenso processo de democratização e conquista de direitos sociais por meio de lutas e reivindicações. A publicação da Constituição Federal de 1988 se configurou como um marco central desse processo, visto que estabelecia as responsabilidades do Estado para com o cidadão e do cidadão para com o Estado.

Os direitos sociais são materializados através das políticas públicas, nesse sentido, entendemos as políticas públicas como de responsabilidade do Estado que se configura como um "conjunto de instituições permanentes que abrem espaço para atuação governamental" (HOFLING, 2001).

1

Contudo, o Estado de Direito e mantenedor das políticas sociais propagado na Constituição Federal tem ganhado novas configurações ao longo do tempo, mais especificamente na década de 1990, a partir da implementação da política neoliberal no Brasil, ao qual reformulou o papel do Estado.

Essa nova fase do capitalismo, chamada de capitalismo financeiro tem como principal fundamento a abertura de mercado, acúmulo de capital, privatização, terceirização e a criação do Estado mínimo, forte nas políticas econômicas e mínimo nas políticas sociais.

Dessa forma, através das privatizações, terceirizações, acordos internacionais, parcerias com instituições não governamentais, a política neoliberal tem reduzido o papel do Estado ao mínimo e aberto espaço para a atuação do mercado sobre a justificativa de que o público não é eficiente e tem o mercado como parâmetro de qualidade. Como afirma Comerlato e Caetano (2013 p. 247-248):

A razão da lógica privada, assim como a do mercado, de intervir nas "questões públicas" é ideologicamente justificada pelo diagnóstico da ineficiência da gestão pública, afirmando que "tudo o que é público e gratuito não é eficiente". Ou seja, sob o ponto de vista do sistema capitalista, a educação pública precisa ser gerida como empresa, pois é na lógica empresarial que se encontram os critérios, processos e indicadores de gestão eficiente e de sucesso.

Nesse sentido, a diminuição no papel do Estado interfere diretamente na sua função de executor das políticas sociais, visto que o Estado se desresponsabiliza dessa função e passa essa responsabilidade para as instituições não governamentais ou para o setor privado, sendo assim, adquire um caráter mais de regulador dessas políticas, no sentido de fiscalizar se elas estão ocorrendo de fato.

Diante disso, é cada vez mais crescente a atuação do setor privado nas políticas educacionais, a exemplo disso temos o Instituto Unibanco, Instituto

Ayrton Senna e o Banco Mundial que trabalham no sentido de gerenciar os sistemas educacionais com programas e projetos que se dizem “salvadores” e prometem resolver todos os problemas educacionais causados segundo a lógica mercantil, pela má gestão pública.

No entanto, esses programas são padronizados chegam à escola apenas para serem executados, não levando em consideração as especificidades dos alunos, as diferenças regionais visto que alguns programas acontecem em larga escala, ou seja, nas diferentes regiões do país da mesma forma. Como é o caso dos programas desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna, como afirma Comerlatto e Caetano (2013, p.255):

2

O alcance dos programas do instituto no Brasil é preocupante, pois, considerando os diferentes cenários socioeconômicos e culturais das regiões do país, evidenciamos, através das pesquisas já realizadas, que um mesmo programa é aplicado de norte a sul, chamado de “programas em larga escala”, que, conforme já indicado acima, desconsideram as especificidades concretas a partir das quais os sujeitos se constituem.

Da mesma forma, atuam os programas criados pelo Instituto Unibanco, como o programa Jovem do Futuro que após a parceria com o Ministério da Educação, passou a atuar junto ao Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI passando a se chamar PROEMI-JF.

Inicialmente, o PROEMI tinha como proposta a construção coletiva de um currículo escolar inovador para as escolas de ensino médio não profissionalizante, no entanto, após a parceria com o Instituto Unibanco, através do Programa Jovem do Futuro, passou a atuar sob os princípios da gestão de resultados, como afirmam Caetano e Peroni (2015, p. 94):

No entanto, o próprio governo federal, que possibilitou a construção de uma política participativa e democrática de currículo para o ensino médio, firmou convênio com o Instituto Unibanco, abrindo a possibilidade de que os sistemas estaduais, que são responsáveis pelo ensino médio no país, fizessem parcerias para a implementação do PROEMI. Assim, no lugar de uma construção democrática e coletiva na escola, a proposta curricular passa a ser feita através de um sistema de gestão e avaliação padronizada que, na concepção do Instituto Unibanco, seria o caminho para qualificar a aprendizagem dos alunos.

Dessa forma, através de parcerias, as instituições públicas passam a ser gerenciadas pelo setor privado, abrindo espaço para o que denominamos de relação público privada, ao qual a instituição permanece pública, pertencente ao Estado, no entanto quem vai gerenciar estabelecer os conteúdos que serão estudados será o setor privado, atuando sob a lógica mercantil.

O Banco Mundial, por sua vez, também tem tido grande influência na configuração das políticas educacionais, não só a nível nacional, mas mundial, no sentido de financiar projetos e realizar empréstimos aos países membros, no entanto sua atuação trouxe consequências muito mais abrangentes.

A princípio, o Banco mundial, foi criado com o intuito de ajudar financeiramente os países que se encontravam devastado pela segunda guerra mundial, no entanto, essa função durou pouco tempo e logo o banco se viu obrigado a atuar em outros setores, incluindo os de ordem social.

Sendo assim, ao financiar os projetos e realizar empréstimos destinados ao ajuste estrutural dos países de terceiro mundo na tentativa de diminuir as desigualdades sociais, o banco acabou criando uma dependência financeira, pois esses investimentos não acontecem de forma voluntária, mas sim com condições para se adquirir novos empréstimos e investimentos.

Dessa forma, os países que firmam acordos com o banco, estão sujeitos há uma série de condicionantes para obter novos empréstimos, sendo assim os programas educacionais devem se adequar a política do banco, sob os moldes da lógica mercantil.

Sendo assim, a atuação do banco mundial, trouxe grande impacto para as políticas públicas sociais, visto que os investimentos do banco, não se restringiram apenas a questão financeira, mas também juntamente com ela, abarcavam reformas nas políticas públicas, principalmente as educacionais, estabelecidas como uma mercadoria, a serviço de seus clientes.

O impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. é espantoso que a maior parte da opinião pública no Brasil não tenha clareza a esse respeito. O Banco não somente formula condicionalidades que são verdadeiros programas de reformas das políticas públicas, como também implementa esses programas usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela a administração pública oficial do Estado brasileiro. Trata-se da chamada "assistência técnica" (FARO, 2005, *apud* AZZI e BOCK, 2008, p. 18)

Diante disso, a atuação do setor privado na educação, reconfigurou as políticas educacionais, no sentido de obtê-las como um serviço, uma mercadoria comprada pelos pais -clientes e ofertada aos alunos como produto pronto e acabado

CONCLUSÃO

Nesse sentido, o Estado de direito mantenedor das políticas sociais, passa a ser um Estado fiscal, apenas para fiscalizar as políticas e regulamentar a atuação do mercado no gerenciamento do setor público.

Dessa forma, o Estado se configura como mecanismo importante a favor do capital, pois a política neoliberal que luta pela não intervenção do Estado na economia e pela livre abertura de mercado, quando acontece uma crise, causada pelo próprio sistema, o Estado é responsabilizado, e convidado a pagar a conta.

Portanto, a reforma do Estado, ocasionada pela implantação da política neoliberal no Brasil, não somente redefiniu o seu papel na sociedade, como também o colocou a serviço do sistema capitalista para o acúmulo de capital.

4

REFERENCIAS

AZZI, Diego; BOCK, Renato. Banco Mundial em foco: sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a iniciativa via rápida na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**, São Paulo: cortez, 2008, p. 17 -28.

CAETANO, M.R; PERONI, V.M.V. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, V.M.V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 89 – 107.

COMERLATTO, Luciani Paz; CAETANO, Maria Raquel. As parcerias público-privada na educação brasileira e as decorrências na gestão da educação: o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS). In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Líber Livro, 2013, 352 p.

HOFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 5, novembro/2001.